



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED
PROGRAMA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO – FORMACAMPO



FORMACAMPO
EDUCAÇÃO DO CAMPO

2026

CADERNO TEMÁTICO

Prof. Edjaldo Vieira dos Santos
Prof. Gilvan dos Santos Sousa

Caderno nº 6 – Grupo de Trabalho sobre o PPP

**Gestão democrática: a participação coletiva na elaboração/revisão
do Projeto Político Pedagógico das Escolas do/no Campo**

PARCERIAS

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

UF B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



UNDIME BA
União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação



UNCME-BA



PPGED
UESB
Programa de Pós-Graduação em Educação





COORDENAÇÃO GERAL

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE (GEPEMDECC)

Coordenação: Arlete Ramos dos Santos
Secretária geral: Valéria Souza Lima Brito
Assessor técnico: Ricardo Alexandre Castro

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Geovana Gomes Costa
Nair Cristina Machado Lopes

APOIO

Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA)

Diretora de Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais:
Poliana Nascimento dos Reis

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/BA)

Presidente: Anderson Passos dos Santos

União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UNCME/BA)

Presidente: Gilvânia Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB

Coordenação:
Cláudio Pinto Nunes
Arlete Ramos dos Santos

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Coordenação: Bernardino Galdino de Sena Neto

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Coordenação:
Jussara Tânia Moreira
Julia Maria da Silva Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Coordenação: Gilsélia Freitas Macedo Cardoso Freitas

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)

Coordenação: Luís Geraldo Guimarães



COORDENAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT1 – Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC

Antoniclebio Cavalcante Eça
Silvano Conceição

GT2 – Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo– PPP

Edjaldo Vieira dos Santos
Gilvan dos Santos Sousa

GT3 – Educação Integral em Tempo Integral nas escolas do campo

Higro Souza Silva
Antônio Domingos Moreira
Maisa Dias Brandão Souza

GT4 – Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Especial e Inclusiva na Educação do Campo

Niltânia Brito Oliveira
Sólon Natalício Araújo dos Santos
Jaqueline Braga Moraes Cajaiba

GT 5 – Matriz Curricular da Educação do Campo

Vilma Áurea Rodrigues
Inaiara Alves Rolim

GT 6 – Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação

Antoniél dos Santos Peixoto
Eliane Nascimento dos Santos
Pascoal João dos Santos



COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Ana Elisa Antunes de Oliveira
Ana Karine Porto Viana
Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu
Claudia Batista Silva
Cynthia Rocha Silva
Fabiano Neves Silva
Fernanda Silva Santos
Gean César dos Santos Nogueira
Geysa Novais Viana Matias
Henrique Reis Bispo
Hernaide da Silva Miranda
Isaias Teixeira dos Santos
Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues
Janille da Costa Pinto
Jaqueline Braga Moraes Cajaiba
Jasmym Alves França
Josleide Cristina D'oliveira Mattos

Liliane Lima Silva
Liliane Soares Santana
Maisa Rose Serra de Almeida
Paula Bruna Soares dos Santos
Priscila da Silva Rodrigues
Queziane Martins da Cruz
Raimunda Duarte Bonfim
Rebeca Bispo Oliveira
Regiane Dias Cardoso
Roberio Santos Fontes
Solange Balisa Costa
Tadma Lays Dutra Gomes
Vandique M. Campos Meira
Vitor Guilherme Ribeiro Vieira Batista
Welder Cardoso Oliveira
Winner Santos
Yure Oliveira Venceslau
Zildete Soares Aranha Azevêdo

BOLSISTAS

Carlos Barreto Carvalho Junior - (voluntário)
Celidalva Gomes Sousa - bolsista IC (UESB)
Davi Alves Guimarães - (voluntário)
João Victor Souza - bolsista de extensão (UESB)
Juliele Pereira Meireles do Carmo - bolsista de extensão (UESB)
Letícia Oliveira Novais - bolsista de extensão (UESB)
Queliane Alves Ferreira - bolsista IC (UESB)
Maria Heloísa Oliveira Araújo - (voluntária)
Steffany de Jesus Santos - (voluntária)

APRESENTAÇÃO

Prezados/as cursistas e coordenadores municipais,

É com satisfação e alegria que apresentamos o Caderno Temático de nº 05 do GT2/PPP, cujo enfoque é **Gestão democrática: a participação coletiva na elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo**, no qual temos como objetivos discutir o processo de elaboração/revisão coletiva do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo, envolvendo toda comunidade escolar, à luz dos princípios que norteiam a Educação do Campo e compreender o papel do gestor escolar como mediador e articulador no processo de (re)elaboração do PPP no contexto democrático.

O caderno está estruturado da seguinte forma:

- I. Mística;
- II. Questões orientadoras para iniciar o diálogo a partir do conteúdo apontado no caderno temático 6;
- III. Proposta de oficina formativa (sugestão) para ser aplicada com os professores;
- IV. Atividade de aplicação e compromisso social do caderno temático 6 a ser respondida e enviada pelos cursistas e coordenadores municipais.

Recomendamos que o texto de apoio seja lido por todos. Compreendemos, todavia, que a dinâmica de estudo pode ser construída pelos cursistas em diálogo com os coordenadores municipais. A atividade desse caderno temático deverá ser desenvolvida individualmente. O desafio está posto. O material está pronto e pode ser usado de diferentes formas de estudo.

Boa leitura e excelente reflexão!

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Paulo Freire

MÍSTICA

Quando a Cultura Resiste

Por Gilvan dos Santos Sousa

A cultura não se cala,
quando o povo quer falar,
vira canto, vira dança,
vira verso a ecoar.
É memória que permanece,
é raiz a florescer,
é a força de um povo
que insiste em sobreviver.

No campo, a voz resiste
na enxada e no plantio,
na semente que se guarda,
no saber que desafia o frio.
Resiste na roda de conversa,
na cantiga e no cordel,
na história dos mais velhos,
na palavra escrita no papel.

Valorizar o homem do campo
é reconhecer seu saber,
sua força e seu trabalho,
sua luta para viver.
É saber que em cada roça
há história, sonho e ação,
e que a terra cultivada
também cultiva a nação.

Valorizar a mulher do campo
é reconhecer sua voz,
sua luta, sua coragem,
seu trabalho entre nós.
É lembrar que ela semeia
muito mais que o próprio chão:
semeia vida, conhecimento,
cultura e transformação.

Cultura é resistência,
é memória e identidade,
é saber que não se apaga
diante da desigualdade.
É dizer: “estamos aqui!”,
quando tentam nos calar,
é fazer da própria história
um caminho para lutar.

Que as vozes ecoem longe,
que atravessem o sertão,
que cheguem às nossas escolas
e habitem cada coração.
Que sejam ouvidas no campo,
na cidade e onde for,
pois um povo que tem voz
também escreve seu valor.

E se a cultura é resistência,
que ninguém possa impedir
que a memória vire canto,
que o silêncio vire ouvir.
Que a palavra vire verso,
que o verso possa florescer,
para garantir que as vozes
também ecoem em versos.

Proposta de oficina formativa para desenvolver Gestão democrática: a participação coletiva na elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo

(SUGESTÃO)

TEMÁTICA: Gestão democrática: a participação coletiva na elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo.	
PÚBLICO ALVO: Professores, gestores, coordenadores e demais cursistas inscritos.	
DATA DE REALIZAÇÃO: 15/09/2026 DURAÇÃO: (X) 4 horas ou () 8 horas	
LOCAL: Espaço definido pela coordenação municipal (o/a formador/a).	
Objetivo (s)	1 - Discutir o processo de elaboração/revisão coletiva do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo, envolvendo toda comunidade escolar, à luz dos princípios que norteiam a Educação do Campo; 2 - Compreender o papel do gestor escolar como mediador e articulador no processo de (re)elaboração do PPP no contexto democrático
Questões orientadoras	Como andam os processos de participação, mobilização e envolvimento dos cursistas no processo de elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo no seu município? Como a dupla gestora (o gestor escolar e o coordenador pedagógico) podem articular e desenvolver o processo de elaboração/revisão coletiva do PPP das escolas do/no campo, na perspectiva da gestão democrática? Qual o nível de participação, nós gestores escolares e coordenadores pedagógicos, pretendemos implementar no processo de elaboração/revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do/no campo? Que processos envolvem a elaboração/revisão de um Projeto Político Pedagógico?
Procedimentos metodológicos	1º Momento: Acolhida, agenda e o objetivo de trabalho do dia, realização da mística (contextualização, escutas e relacionar com a temática da formação); ler a memória da última formação e verificar onde estamos/ficamos e aonde precisamos chegar.
	2º Momento: Audição da música O Sal da Terra (Beto Guedes) e/ou trechos do filme Escritores da Liberdade para introduzir as discussões acerca da temática a ser explorada no encontro formativo.
	3º Momento: Leitura e discussão/debate sobre o texto do caderno temático-Gestão democrática: a participação coletiva na elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo.
	4º Momento: Socialização das ideias principais do texto e organização com a etapa de elaboração/revisão do PPP a partir da estrutura do documento no âmbito de cada escola.
	5º Momento: Orientações sobre a próxima etapa de elaboração do PPP (o que fazer nos próximos dias) e orientar os cursistas sobre as atividades deste caderno, o link e data de envio para o Programa Formacampo.
Recursos	Caderno temático nº 6, texto base, slides, tela projetiva, notebook, caixa de som, internet, pincel atômico, cartolina; PPP ou esboço dele; audição musical (a escolher), filme alusivo à temática (Escritores da Liberdade).
Avaliação da oficina	O que (foi bom) /Elogio? O que precisa melhorar? Como posso colaborar com a elaboração/revisão do PPP da escola que atuo?
Encaminhamentos	Lista de frequência, memória formativa, registros fotográficos, combinados para os próximos encontros; sensibilização para a leitura dos textos do caderno temático e realização das atividades do cursista e enviar na data certa.

O SIGNIFICADO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira (Cf. Módulo 1). O que isso significa? Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Pensar no processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância. Vamos verificar como a LDBEN ressalta a importância desse instrumento em vários de seus artigos:

- No artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
- No artigo 13, chamado o “artigo dos professores”, aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II).
- No artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto importância do projeto político pedagógico para a escola?

É bom lembrar que, pela primeira vez no Brasil, há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que detalha aspectos pedagógicos da organização escolar, o que mostra bem o valor atribuído a essa questão pela atual legislação educacional.

Dessa forma, essa é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as escolas do país. Entretanto, não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida.

Um projeto político-pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores. Mas o que é mesmo projeto político pedagógico?

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Na verdade, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re) criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade. Para isso, é preciso primeiro conhecer essa realidade. Em seguida reflete-se sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos. Em síntese, suas finalidades são:

- Estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e do sistema ou rede ao qual ela pertence.
- Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com sua realidade, características próprias e necessidades locais.
- Definir coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo.
- Possibilitar ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais.

- Estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento da escola na direção do seu próprio crescimento.
- Definir o conteúdo do trabalho escolar, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para ensino, as legislações específicas de cada etapa e modalidades de ensino, os princípios orientadores da Secretaria de Educação, a realidade da escola e as características do cidadão que se quer formar.
- Dar unidade ao processo de ensino, integrando as ações desenvolvidas seja na sala de aula ou na escola como um todo, seja em suas relações com a comunidade.
- Estabelecer princípios orientadores do trabalho do coletivo da escola.
- Criar parâmetros de acompanhamento e de avaliação do trabalho escolar.
- Definir, de forma racional, os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

A partir dessas finalidades, é preciso destacar que o Projeto Político Pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários à sua implementação e as formas de gestão. Em suma: construir o Projeto Político-Pedagógico significa enfrentar o desafio da transformação global da escola, tanto na dimensão pedagógica, administrativa, como na sua dimensão política.

PROCESSO QUE ENVOLVEM A ELABORAÇÃO/REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para que as finalidades do Projeto Político Pedagógico sejam alcançadas, alguns processos precisam ser desenvolvidos. Em vários momentos, esses processos se entrecruzam e são dependentes uns dos outros, como se verá a seguir. Antes, é necessário que fique claro que não há uma única forma de se construir um projeto, devido às singularidades de cada unidade escolar.

A importância da participação vem sendo ressaltada por todos que defendem uma gestão democrática. No entanto, embora nenhum segmento tenha uma importância menor que a do outro nesse trabalho coletivo, é importante definir, com clareza, as responsabilidades que cada um deve assumir, considerando a existência de funções e níveis hierárquicos diferenciados dentro da escola. Ou seja, todos devem ter o seu espaço

de participação, mas não se deve confundir o espaço das atribuições, ultrapassando os limites de competência de cada um:

- Direção, professores e profissionais de suporte pedagógico são os responsáveis diretos pela mobilização da escola e da comunidade para a construção da proposta. Além disso, cabe-lhes a tomada de decisões sobre conteúdos, métodos de ensino e carga horária das disciplinas do currículo.
- Os alunos são fontes de informação das suas necessidades de aprendizagem, que se vão constituir no núcleo das preocupações da escola. São eles, de fato, o alvo de todo esse esforço.
- O trabalho dos funcionários, por se realizar em uma escola, tem uma dimensão pedagógica que é muito pouco reconhecida, até por eles próprios. As relações que eles estabelecem com os alunos e com os pais poderiam ser exploradas na direção da formação da cidadania.
- Os pais e a comunidade devem participar efetivamente das decisões sobre o orçamento e a utilização dos recursos financeiros que a escola recebe. Além disso, os pais devem participar das discussões sobre as características do cidadão que se quer formar, sobre o uso do espaço e do tempo escolar e sobre as formas de organização do ensino que a escola deve adotar.

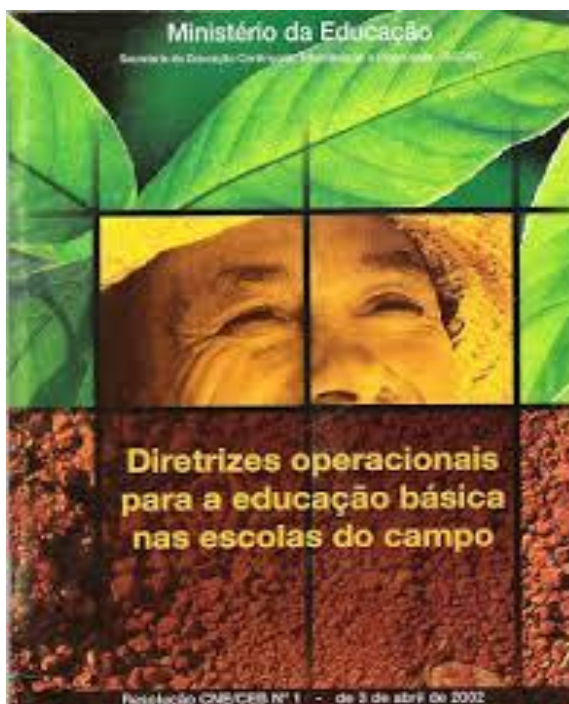
O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Para que o Projeto Político Pedagógico seja, de fato, um instrumento de melhoria de qualidade da escola, ele precisa ser construído coletivamente, com responsabilidade e compromisso, a partir de um processo contínuo de mobilização que envolve elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e reelaboração. Uma das mais importantes tarefas da equipe gestora é encontrar pontos de partida para atingir um nível esperado de mobilização, pois, durante o processo, muitas lideranças vão emergir, provocando novas adesões. **O papel do Conselho Escolar** nesse trabalho de mobilização é fundamental, já que ele congrega os representantes dos diversos segmentos da escola. No entanto, é sempre desejável que a participação da comunidade seja ampliada com a presença de outras pessoas, além daquelas que já fazem parte do Conselho. Essa mobilização é indispensável, sob pena de não se conseguir construir a proposta de uma forma democrática, legitimada por aqueles que fazem da escola um espaço vivo e atuante.

O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

É preciso compreender que, nas sociedades humanas, nenhum processo se faz de forma linear e harmônica e, portanto, a negociação se torna um elemento central na realização de qualquer trabalho que envolva a coletividade. A participação democrática, condição essencial de formação do cidadão, supõe a presença de conflitos. O próprio exercício da participação abre espaço para a emergência desses conflitos. É impossível evitar tais situações, porque elas existem de fato e revelam a variedade de concepções que norteiam as ações pessoais. É necessário, pois, reconhecer a existência de tensões ou conflitos entre as necessidades individuais e os objetivos da instituição e compreender a sua natureza, de modo a capitalizar as divergências em favor de um objetivo maior. É aqui que entra o papel da negociação. Saber negociar significa dar lugar ao debate, à expressão das várias necessidades e das diferenças, produzindo um ambiente do qual resulte a assunção coletiva dos conflitos e dos problemas, a cooperação voluntária no trabalho em equipe, a repartição mais igualitária do poder e dos recursos. Assim, a autonomia da escola não é, isoladamente, a autonomia dos gestores ou a dos professores ou a dos alunos ou a dos pais. Ela é resultante da confluência de várias formas de pensamento e de interesses diversos que é preciso saber gerir, integrar e negociar. O Projeto Político Pedagógico, portanto, vai significar uma síntese desses diversos interesses e tem como propósito dar um sentido coletivo às autonomias individuais.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: O que dizem as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo?



A Resolução do CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo destaca que é preciso levar em consideração os marcos identitários e as definições importantes no processo de construção do PPP, conforme as definições abaixo:

a. A identidade da escola do campo: a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país, como sinaliza o Art. 2º.

b. Projeto institucional das escolas do campo: o artigo 4º estabelece que as escolas do campo se constituirão em espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

c. Proposta pedagógica das escolas do campo: O artigo 5º destaca que as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

d. Calendário escolar/tempos de aprendizagem: no Artigo 7º, as Diretrizes apontam que é de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

e. Gestão da escola: o Art. 10º das Diretrizes estabelece que o projeto institucional das escolas do campo garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Os conhecimentos abordados na educação do campo são ressignificados a partir de diálogos como ação emancipatória/libertadora nas relações da escola com a comunidade. Assim há outra temporalidade, sintonizada com o cultivo sustentável da terra. Como respeitar identidades e culturas do homem do campo sem uma efetiva articulação entre saberes, tempos e espaços do campo com a organização do processo educativo formal na

escola? Formas colegiadas e participativas de gestão da escola constituem-se, portanto, concretamente como ponto articulador da educação do campo, no resgate de uma proposta alternativa de desenvolvimento do campo. A colaboração constitui-se como dimensão articuladora do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. O Estado deve ser provedor, na perspectiva popular, legitimando através de práticas democráticas e colaborativas a educação nos contextos campestinos (povos, territórios e saberes da terra). Assim se nega nas lutas dos trabalhadores a hipertrofia da função reguladora do Estado, articulado à lógica da economia de mercado; o Estado é ente que provê todas as condições para que a educação reivindicada pelos trabalhadores do campo seja plenamente viabilizada. A autonomia da escola em relação ao poder público é compreendida como dimensão indispensável para a construção coletiva do projeto pedagógico que os povos tradicionais do campo não dissociam da valorização e respeito das culturas e identidades daqueles que produzem suas existências a partir do trabalho na terra.

Diante do exposto, construir um Projeto Político Pedagógico na escola requer uma gestão participativa. Tal gestão se refere ao contexto intraescolar, no trabalho colegiado e democrático da equipe da escola, como também na relação da escola com os órgãos administrativos centrais. Isto implica na descentralização administrativa e de mando e na, consequente, participação democrática das instituições de ensino e dos sujeitos na sociedade.

Bom estudo!

ATIVIDADE PROPOSTA E ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Atividade para os gestores, coordenadores, professores e demais cursistas.

A atividade desse caderno será a produção de um poema ou cordel de sua autoria falando sobre você e sua relação com a Educação do Campo, seus cantos e encantos com as formações do Programa Formacampo. Segue um pequeno roteiro para a produção de sua produção:

I – Escreva de forma objetiva sua biografia: quem é; qual município faz parte; breve descrição da trajetória pessoal e profissional. Busque uma imagem/foto com boa qualidade e poste na sua biografia;

II - Produza um texto poético (um poema ou um cordel) sobre a importância da formação continuada e as contribuições do Programa Formacampo em seu município, para os profissionais que atuam nas escolas do campo.

O seu texto será publicado no livro intitulado: “Memórias dos Diversos Cantos e Encantos do Formacampo” do GT de PPP/2026.

A biografia e o texto poético deverá ser encaminhado até o dia 20/10/2026 para o e-mail do Formacampo: formacampouesb@gmail.com

Sigamos em mutirões!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323> Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, DF, 2010.

FORMACAMPO. Caderno temático **Fundamentos da Educação do Campo** do programa Formação de educadores do campo-Formacampo. [S. l.], 2021. Disponível em: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=311. Acesso em: 13 mai. 2023.

Gestão de Unidades Escolares. - [recurso eletrônico] / ISP /PROGED / UFBA. Programa eletrônico. Salvador: ISP, 2008. 1 CD ROM: il; 43/4 pol. + encarte: il;1 folha solta dobrada; 42 x 30 cm. (Série Formação; n. 2).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

Orientações metodológicas para (re)elaboração dos projetos político-pedagógicos à luz do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV DGPE, 2021. 116 p.

PARANÁ. Gestão em Foco, caderno 1: **Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2018. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_unidade3.pdf. Acesso em: 25 set. 2026.

SANTOS, A. R. dos. **Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo** – FORMACAMPO: educação do campo. /Arlete Ramos dos Santos. - Vitória da Conquista, 2022.

SANTOS, Edjaldo Vieira dos Santos. **Gestão Democrática e a construção do projeto político pedagógico das escolas do campo**-Identidade Cultural-Saberes Locais-Relações

com a Terra-Meio Ambiente-Agroecologia, Diversidade. Edjaldo Vieira dos Santos, Arlete Ramos dos Santos-Curitiba: CRV, 2024.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-35.